

ANO I - EDIÇÃO Nº 94 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Quarta-Feira, 27 de julho de 2016.

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

#### PORTARIA Nº 590/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça Substituto ROGÉRIO RODRIGO FERREIRA MOTA para atuar nas audiências de precatórias da 19ª Promotoria de Justiça da Capital, no dia 26 de julho de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 25 de julho de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 592/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no art. 17, inciso X, alínea "g", da Lei Complementar Estadual nº 51, combinado com o art. 58, III e arts. 66 a 76 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando o disposto no ATO/PGJ Nº 024/2016, de 28 de março de 2016, publicado na edição nº 12 do Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins, na data de 29 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo, sendo o primeiro na condição de titular e o segundo na condição de substituto, para o caso de impedimento e afastamento legal do titular, dos contratos elencados a seguir:

Fiscal Técnico e Administrativo	Substituto de Fiscal	Númeroda ATA de SRP	Objeto da ATA de SRP
Jadson Martins Bispo Mat. 102710	Danilo Carvalho da Silva Mat. nº 129415	031/2016 032/2016 033/2016	A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO DO TIPO: GÁS CARBÔNICO (CO2), ÁGUA PRESSURIZADA (AP), PÓ QUÍMICO SECO (PQS); SUPORTES DE PAREDE; MANGUEIRAS PARA HIDRANTES (TIPO 2); E NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGAS E TESTES HIDROSTÁTICOS, destinados ao atendimento das necessidades da sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, das demais Promotorias de Justiça da capital e das Promotorias de Justiça do interior, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo II do Edital do Pregão Presencial nº 009/2016, Processo Licitatório nº 2016/0701/00148.
			A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, visando aquisições futuras, destinados ao

Leandro Ferreira da Silva Mat. nº 92808	Jailson Pinheiro da Silva Mat. nº 106210	025/2016	atendimento das necessidades da sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas, das Promotorias de Justiça da Capital e do Interior do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo II do Edital do Pregão Presencial nº 008/2016.
--	---	----------	---

Art. 2º As atribuições de gestão e fiscalização deverão ser desenvolvidas obedecendo aos dispositivos do ATO/PGJ Nº 024/2016, de 28 de março de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 15 de abril de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

### DIRETORIA-GERAL

#### PORTARIA DG Nº 098/2016

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 004/2013, de 17 de janeiro de 2013.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido junto à 11ª Procuradoria de Justiça, exposta no requerimento sob protocolo nº 07010135709201621, de 25 de julho de 2016, da lavra do Dr. Marco Antonio Alves Bezerra, Procurador de Justiça.

RESOLVE:

Art. 1º. Interromper, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) Lusiene Miranda dos Santos, a partir do dia 25/07/2016, referentes ao período aquisitivo 2015/2016, marcadas anteriormente de 18/07/2016 a 01/08/2016, assegurando o direito de usufruto dos 08 (oito) dias restantes em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 25 de julho de 2016.

Francisco das Chagas dos Santos  
Diretor-Geral em substituição  
P.G.J

#### PORTARIA DG Nº 099/2016

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 004/2013, de 17 de janeiro de 2013.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido junto à 11ª Procuradoria de Justiça, exposta no requerimento sob protocolo nº 07010135710201655, de 25 de julho

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Subprocurador-Geral de Justiça

**FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO**  
Chefe de Gabinete da PGJ

**UILITON DA SILVA BORGES**  
Diretor-Geral

### CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Corregedor-Geral

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES**  
Corregedora-Geral Substituta

**OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR**  
Promotor-Corregedor

**PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO**  
Promotor-Corregedor

**FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA**  
Chefe de Gabinete

### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Colégio de Procuradores

**ELAINE MARCIANO PIRES**  
Procuradora de Justiça  
Secretária do Colégio de Procuradores

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES**  
Procuradora de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Procurador de Justiça

**VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA**  
Procuradora de Justiça

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Procurador de Justiça

**RICARDO VICENTE DA SILVA**  
Procurador de Justiça

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ**  
Procuradora de Justiça

### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Conselho

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Membro - Secretário do Conselho

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Membro - Corregedor-Geral do MPE

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Membro

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6  
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO  
Telefone: (63) 3216-7600

de 2016, da lavra do Dr. Marco Antonio Alves Bezerra, Procurador de Justiça em substituição.

#### RESOLVE:

Art. 1º. Interromper, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) Lays Faria Rodrigues, a partir do dia 25/07/2016, referentes ao período aquisitivo 2014/2015, marcadas anteriormente de 04/07/2016 a 02/08/2016, assegurando o direito de usufruto dos 09 (nove) dias restantes em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.

#### PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 25 de julho de 2016.

Francisco das Chagas dos Santos  
Diretor-Geral em substituição  
P.G.J

PROCESSO Nº: 2016.0701.00345

ASSUNTO: Pedido de Reconsideração em face do Indeferimento do Afastamento remunerado para fins de desincompatibilização para candidatura a cargo eletivo municipal  
INTERESSADA: Liliâne Bezerra de Souza

#### DESPACHO Nº. 039/2016

Trata-se de pedido de Reconsideração em face da Decisão exarada por meio do Despacho/DG Nº 038/2016 (fls. 17/18), que indeferiu o pedido de Licença para exercer atividade política, ou seja, para fins de desincompatibilização visando candidatura a cargo eletivo municipal (fl. 02), tendo sido formulada pela servidora Liliâne Bezerra de Souza, Técnica Ministerial Especializado – Especialidade: Informática, Matrícula nº 19398, atualmente lotada na Comissão Processante Permanente (fls. 19/28).

A servidora petionária em seu pedido apresentou justificadamente e comprovadamente que não está laborando de fato por motivo de Licença Saúde desde 25/02/2015 até a data de 30/06/2016 e, ainda, que o período subsequente compreendido entre 01 a 22 de julho corrente não compareceu ao labor, juntando, como meio probatório, uma Certidão exarada pelo Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento que atesta a informação sobre os períodos de Licenças Saúde e cópia do espelho da Folha de Ponto do citado mês (fls. 27/29).

A Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral analisou o pedido de Reconsideração e emitiu o Parecer nº 163/2016 (fls. 37/43), opinando pela possibilidade jurídica de concessão do afastamento remunerado da servidora petionária, por 3 (três) meses, a partir de 01/07/2016 até a data das eleições, 02/10/2016, considerando que o pedido agora fundamentado e provado está previsto no art. 88, c/c art. 101, parágrafo único da Lei Estadual 1.818/2007 e ainda, com a previsão do §9º, art. 14 da Constituição Federal/88 além dos dizeres da Lei Complementar nº 64/90, art. 1º, inc. II, alínea "I", para que assim a requerente possa cumprir seus desideratos de candidatar-se ao cargo eletivo conforme mencionado;

Assim sendo, por todo o exposto, com fulcro no art. 2º, inc. I, alínea "j", c/c art. 2º, parágrafo único, ambos do ATO/PGJ Nº 004/2013; DECIDIMOS acatar o retrocitado Parecer, exarado pela Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral e DEFERIR, com efeitos retroativos a data 01/07/2016, o pleito da requerente em face da sua comprovada desincompatibilização das suas funções de labor constatada no espelho da sua Folha de Ponto do mês de julho corrente, mais precisamente entre as datas de 01 a 24/07 (fl. 29), sendo esta uma prova inequívoca de cumprimento de requisito eleitoral essencial para tanto.

Enfatizando ainda que, a entrega da Ata da Convenção do Partido é um ônus a ser observado e cumprido, além de que, caso a servidora não for escolhida para compor tal chapa, deverá retornar ao labor de imediato no primeiro dia útil seguinte à Convenção, sob pena de ficar com faltas aos dias não trabalhados

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

injustificadamente e das demais cominações legais.

Determinamos a publicação do presente Despacho no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Dê ciência a interessada encaminhando cópia deste Despacho.

Palmas, 26 de julho de 2016.

Francisco Rodrigues de Souza Filho  
Promotor de Justiça/Chefe de Gabinete  
P.G.J

Francisco das Chagas dos Santos  
Diretor-Geral em Substituição  
P.G.J

#### EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº.: 085/2012  
Processo nº.: 2012/0701/000148  
CONTRATANTE: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.  
CONTRATADA: Brasilcard Administradora de Cartões Ltda.  
OBJETO: Prorrogação do prazo do Contrato nº 085/2012.  
VIGÊNCIA: O prazo do Contrato 085/2012, com término previsto para 12.08.2016, fica prorrogado por 12 (doze) meses, a partir de 13.08.2016, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante Termo Aditivo até o limite previsto no art. 57, II, da Lei 8.666/93, e suas alterações.  
MODALIDADE: Pregão Presencial Lei nº 10.520/2002.  
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30  
ASSINATURA: 05/07/2015  
SIGNATÁRIOS: Contratante: Clenan Renaut de Melo Pereira.  
Contratada: Antônio Rodrigues de Farias.

UILITON DA SILVA BORGES  
Diretor-Geral  
P.G.J.

#### EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº.: 050/2016  
Processo nº.: 2016/0701/00148  
CONTRATANTE: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.  
CONTRATADA: Extincêndio Equipamentos de Segurança LTDA-ME  
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO DO TIPO: GÁS CARBÔNICO (CO2), ÁGUA PRESSURIZADA (AP), PÓ QUÍMICO SECO (PQS); SUPORTES DE PAREDE; MANGUEIRAS PARA HIDRANTES (TIPO 2); E NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGAS E TESTES HIDROSTÁTICOS, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria Geral de Justiça, conforme discriminação prevista no Anexo II – do Edital do Pregão Presencial nº 009/2016, Processo administrativo nº 2016/0701/00148, parte integrante do presente instrumento.  
VALOR TOTAL: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto o valor total de R\$ 13.144,50 (treze mil, cento e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos).  
VIGÊNCIA: A partir da assinatura até 31 de dezembro de 2016.  
MODALIDADE: Pregão Presencial, Lei nº 10.520/2002.  
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30  
ASSINATURA: 01/07/2016  
SIGNATÁRIOS: Contratante: Clenan Renaut de Melo Pereira.  
Contratada: Adeilda da Conceição Pereira.

UILITON DA SILVA BORGES  
Diretor-Geral  
P.G.J.

#### EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº.: 053/2016  
Processo nº.: 2016.0701.00261

CONTRATANTE: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

CONTRATADA: Systech Sistemas e Tecnologia em Informática LTDA.

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, para atendimento das demandas existentes no MPE/TO, bem como as recomendações do CNMP, conforme discriminação prevista no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 034/2015, Processo administrativo nº 2015.0701.00273, parte integrante do presente instrumento.

Parágrafo Primeiro – DOS DOCUMENTOS.

VALOR TOTAL: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto o valor total de R\$ 12.361,00 (doze mil, trezentos e sessenta e um reais).

VIGÊNCIA: A partir da assinatura até 31 de dezembro de 2016.

MODALIDADE: Pregão Presencial, Lei nº 10.520/2002.

NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52

ASSINATURA: 01/07/2016

SIGNATÁRIOS: Contratante: Clenan Renaut de Melo Pereira.

Contratada: Bruno Rodrigues de Matto.

UILITON DA SILVA BORGES  
Diretor-Geral  
P.G.J.

#### EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº.: 055/2016  
Processo nº.: 2016.0701.00261  
CONTRATANTE: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.  
CONTRATADA: Systech Sistemas e Tecnologia em Informática LTDA.  
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, para atendimento das demandas existentes no MPE/TO, bem como as recomendações do CNMP, conforme discriminação prevista no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 034/2015, Processo administrativo nº 2015.0701.00273, parte integrante do presente instrumento.  
Parágrafo Primeiro – DOS DOCUMENTOS.  
VALOR TOTAL: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto o valor total de R\$ 24.722,00 (vinte e quatro mil, setecentos e vinte e dois reais).  
VIGÊNCIA: A partir da assinatura até 31 de dezembro de 2016.  
MODALIDADE: Pregão Presencial, Lei nº 10.520/2002.  
NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52  
ASSINATURA: 14/07/2016  
SIGNATÁRIOS: Contratante: Clenan Renaut de Melo Pereira.  
Contratada: Bruno Rodrigues de Mattos.

UILITON DA SILVA BORGES  
Diretor-Geral  
P.G.J.

QUEREMOS OUVIR VOCÊ!

OUVIDORIA MPE  
Sugira Denuncie Questione

(63) 3216-7598  
(63) 3216-7575  
www.mpto.mp.br  
ouvidoria@mpto.mp.br

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil